

Introdução à Política Florestal

Herbert O. R. Schubart *

A região coberta pela floresta amazônica constitui um dos últimos grandes espaços da terra ainda relativamente pouco perturbados pela atividade do homem. No entanto, diante da perspectiva de a população humana do planeta vir a dobrar dentro de uma geração, é óbvio que os recursos naturais encontrados nestes espaços se vejam sob pressão crescente. Evidentemente, a questão fundamental que se apresenta à humanidade, tendo em vista a finitude dos recursos naturais da terra, é a da regulação de suas populações por mecanismos mais inteligentes que as guerras, as catástrofes ou a fome. No trabalho que ora se apresenta, resultado de um esforço coletivo de pesquisadores do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, não se trata, é claro, diretamente, deste problema fundamental, mas sim se procura analisar e fornecer subsídios para solucionar os conflitos de interesses em torno dos recursos naturais da Amazônia.

A Amazônia brasileira vem sendo espoliada desde seu descobrimento, situação esta, aliás, válida para o resto do país. O peculiar na Amazônia é que pouquíssimo se fez para converter a riqueza que dela se retirava em desenvolvimento autêntico de suas populações, dando-lhe um mínimo indispensável de autonomia comparativamente à outras unidades da Federação.

Ao modelo extrativista, do qual o período da borracha é o paradigma, mas que vem até os dias de hoje seletivamente dizimando espécies como o peixe-boi, o pau rosa, a sorveira, o jacaré, a ariranha, para citar alguns exemplos, sobrepôs-se mais recentemente, a partir de 1966, o modelo de exploração incentivada por benefícios fiscais. É sobretudo a agropecuária na terra firme que se expande nesse período. O que o extrativismo, de um modo geral, tem de insidioso, pois destrói recursos específicos sem destruir a totalidade do tecido ecológico da região, tem a agropecuária incentivada, de berrante e destruidora. Agora são as grandes derrubadas de florestas, as queimadas imensas, que vão consumindo o maior recurso natural da região, que é a própria floresta, substituindo-a por pastagens cujo futuro mais provável é a degradação. Neste período formaram-se 3.500.000 ha de pastagens, das quais 500.000 ha já estão degradados.

No entanto, talvez se possa dizer que a agropecuária em um ponto teve um aspecto positivo: contribuiu intensamente para a formação de uma consciência ecológica voltada para a Amazônia, não só entre amazônidas, como também em todo o povo brasileiro. Já não eram ape-

nas a poluição e demais problemas das grandes cidades, que angustiavam o povo; começava-se a destruir também a última grande floresta, a exemplo do que já havia acontecido com a Mata Atlântica; iniciava-se um conflito de interesses entre necessidades reais de preservação da vida selvagem, de recursos vegetais incalculáveis, de solos, de equilíbrios climáticos e de recursos hídricos imensos e necessidades econômicas também reais do país.

Hoje, a agropecuária de terra firme, em região de floresta, vem sendo francamente desestimulada pelo governo, o que é muito louvável. Essa atividade já cumpriu sua missão conscientizadora! Finalmente o interesse volta-se de maneira específica sobre o que talvez seja o maior recurso natural renovável da região: a madeira.

Considerando as dimensões continentais da região, sua tessitura ecológica muito mais diversificada do que se imagina, e os mais diversos interesses e pressões existentes em torno da Amazônia, criou o governo federal através do Decreto Presidencial N.º 83518, de 29 de maio de 1979 um Grupo de Trabalho Interministerial, para apresentar dentro de 120 dias ao Congresso Nacional um projeto de lei estabelecendo uma política florestal para a Amazônia brasileira. Para realizar tarefa tão abrangente e importante, contou o Grupo de Trabalho com subsídios fornecidos por todos os órgãos atuantes na Amazônia.

* * *

Pela primeira vez, consultam-se as Universidades e Institutos de Pesquisas da região no sentido de opinarem e fornecerem subsídios científicos e técnicos que informem uma decisão governamental tão importante para o futuro da Amazônia. É essa justamente a função das Universidades e Institutos de Pesquisas na sociedade. Aliás, aqui não deixa de ser interessante lembrar que o INPA foi criado, como uma reação a anseios de internacionalização da Amazônia, pelo Decreto Lei N.º 31.672, de 29 de outubro de 1952, no governo do Presidente Getúlio Vargas, tendo por finalidade "o estudo científico do meio físico e das condições de vida na região amazônica, tendo em vista o bem-estar humano e os reclamos da cultura, da economia e da segurança nacional".

Percorrendo-se o índice dos trabalhos que compõem este documento, conclui-se que a orquestração de muitos talentos e opiniões produz um resultado final muito mais em harmonia com a realidade da vida prática do que o virtuosismo de qualquer talento ou opinião isolados. Entre os autores, talvez se encontrem, desde aquele que preconiza a intocabilidade da Amazônia, até aquele que propõe sua exploração total, ambos com excelentes argumentos, porém ambos alienados da vida prática.

A liberdade de opinião, o debate e o respeito mútuo que constituem a **conditio sine qua non** da universalidade caracterizaram de maneira admirável as reuniões para a elaboração deste documento, garantindo uma proposta final bem equilibrada entre aqueles extremos já mencionados.

Se eu tivesse que apontar as conclusões mais importantes a que se chegou, neste documento, o que é realmente difícil, mencionaria em primeiro lugar o fato de que a extração da madeira existente na floresta não apresenta dificuldades tecnológicas maiores (considere-se por exemplo as perspectivas de exaustão deste recurso na Malásia e África), porém não se conhece como explorar economicamente uma floresta tropical heterogênea de modo sustentável, isto é, sem destruir permanente o caráter da floresta como tal. Neste sentido, a floresta tropical é um recurso natural não renovável se derrubada em grandes extensões; apenas alguns elementos dentro da floresta podem ser manejados de maneira renovável. Daí resulta, em segundo lugar, a seguinte recomendação: a única maneira de garantir-se a exploração não predatória da floresta tropical será deixar a cargo da empresa particular interessada na exploração a responsabilidade pela regeneração do recurso explorado. Só assim a exploração seria feita com todos os cuidados necessários de tal modo que diminuisse os custos de regeneração da floresta, garantindo a economicidade do projeto. Ao Estado competiria a definição da política, a recomendação das técnicas a serem utilizadas e a fiscalização das operações das empresas. Em terceiro lugar, constata-se uma enorme necessidade de pesquisas no campo da ecologia e manejo de florestas tropicais.